

**Escola Técnica Estadual  
Parque da Juventude  
Técnico em Arquivo**

**Douglas Gomes Zambão  
Sara Alves Dias Santana  
Victor Hugo Castro Santos**

**Arquivos e Memória. A Arquivologia e os Arquivos Populares**

**São Paulo  
2025**

**Douglas Gomes Zambão**  
**Sara Alves Dias Santana**  
**Victor Hugo Castro Santos**

**Arquivos e Memória. A Arquivologia e os Arquivos Populares**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado ao Curso Técnico em  
Arquivologia da Etec Parque da  
Juventude Orientado pela Prof. Yara  
Cristina Gabriel, como requisito parcial  
para obtenção do título de Técnico em  
Arquivo.

**São Paulo**

**2025**

**Douglas Gomes  
Sara Santana  
Victor Hugo**

**Arquivos e Memória. A Arquivologia e os Arquivos Populares**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado ao Curso Técnico em  
Arquivologia da Etec Parque da  
Juventude Orientado pela Prof.  
Yara Cristina Gabriel, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Técnico em Arquivo.

**Data de aprovação:**

## RESUMO

Este artigo propõe uma análise sobre a contribuição da Arquivologia para a compreensão e valorização dos arquivos produzidos por movimentos populares e sociais, utilizando o Acervo Digital do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como estudo de caso. Argumenta-se que a memória é um construto social dinâmico e disputado, indo além da simples guarda de documentos formais. A pesquisa aborda a evolução do conceito de arquivo e do papel do arquivista, que tradicionalmente se concentravam em documentos oficiais e burocráticos. A primeira parte explora conceitos teóricos como memória coletiva e documento popular, enquanto a segunda analisa a formação, organização, acesso e valor do acervo do MST, destacando sua natureza orgânica e a importância de reconhecer a proveniência e o contexto de produção desses registros "informais". Conclui-se que a preservação desses acervos é crucial para a construção de narrativas históricas mais inclusivas e para o empoderamento de grupos sociais, assegurando que suas lutas e identidades permaneçam vivas e acessíveis.

**Palavras-chave:** Arquivologia Popular, Memória Social, Acervo MST, Documento Informal.

## ABSTRACT

This paper analyzes the contribution of Archivology to the understanding and appreciation of archives produced by popular and social movements, using the Digital Archive of the Landless Workers' Movement (MST) as a case study. It argues that memory is a dynamic and contested social construct, extending beyond the mere custody of formal documents. The research addresses the evolution of the concept of archives and the role of the archivist, traditionally focused on official and bureaucratic documents. The first part explores theoretical concepts such as collective memory and popular documents, while the second analyzes the formation, organization, access, and value of the MST's archive, highlighting its organic nature and the importance of recognizing the provenance and production context of these "informal" records. It concludes that the preservation of these collections is crucial for constructing more inclusive historical narratives and empowering social groups, ensuring that their struggles and identities remain alive and accessible.

**Keywords:** Popular Archival Science, Social Memory, MST Archive, Informal Document

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>06</b>
<b>1. Arquivos e Memórias .....</b>	<b>07</b>
<b>1.1. Documentos, Memórias Coletivas e disputas de narrativas .....</b>	<b>10</b>
<b>2. Documento Informal: Conceito, Importância e Desafios Documentais .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. Deficiência de Padronização .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2. Escassez de Termos Controlados .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3. Desconhecimento do Indexador .....</b>	<b>16</b>
<b>2.4. Resistência a Metodologias Convencionais .....</b>	<b>17</b>
<b>3. O Acesso do MST e o Documento Popular .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra .....</b>	<b>19</b>
<b>3.2. Acervo Digital do MST.....</b>	<b>21</b>
<b>3.3. Controle Arquivístico .....</b>	<b>24</b>
<b>3.4. Acesso .....</b>	<b>24</b>
<b>3.5. Valor Secundário .....</b>	<b>25</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>27</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>30</b>
<b>Produto: Quadro Referencial para Classificação de Documento Popular .....</b>	<b>32</b>

## **I. Introdução**

O vínculo entre documentos de arquivo e a memória configura um objeto no campo da arquivologia de extensa discussão teórica e prática, particularmente quando se evidenciam na análise arquivística os limites das abordagens tradicionais perante as novas e plurais narrativas que emergem das demandas sociopolíticas.

Documentos de arquivo, tradicionalmente ligados à burocracia da produção estatal e institucional e originários de locais neutros de preservação com a finalidade de assegurar a operação da administração, ganham, durante a análise arquivística, o significado de memória, como um elemento simbólico e construído. Entretanto, tal entendimento tem sido problematizado quando se entende a memória como um processo social, conflituoso, dinâmico e não apenas natural, reconhecido como um fenômeno da prática arquivística.

O artigo propõe analisar os processos arquivísticos na gestão de documentos produzidos por movimentos populares e sociais enquanto instrumentos autênticos de construção da memória coletiva. Sob a égide da premissa de que, embora constantemente vinculados às práticas arquivísticas convencionais, esses documentos possuem o seu valor informativo, simbólico e sociopolítico, sendo essenciais para a consolidação de identidades, lutas e saberes historicamente silenciados e marginalizados por estruturas institucionais segregatórias.

Com foco em analisar essa problemática, o artigo divide-se em duas partes. A primeira, de natureza teórica, evidencia os principais conceitos que alicerçam a discussão, tais como memória coletiva, documento popular e contexto arquivístico. Com base em teóricos da arquivologia e historiografia e dos estudos culturais, é analisada a transformação do conceito de fonte histórica e a emergência de uma nova compreensão sobre o papel do principal ator arquivístico, o arquivista, no cenário da atuação sobre documentos de arquivo fora do escopo institucional burocrático.

A segunda parte segue a análise na camada técnica-analítica, dedicando-se ao estudo sobre o Acervo Digital do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), utilizando-o como objeto empírico fundamentado nas reflexões teóricas apresentadas na primeira parte. O objetivo dessa análise é compreender de que forma o acervo se constitui e como se estrutura, quais são os seus processos de formação, organização e acesso, e em que medida expressa, de forma orgânica, sua lógica própria de produção, acumulação, preservação e difusão da memória do movimento.

## 1. Arquivos e Memória

A memória é um conceito bastante complexo e que pode ter diferentes significados, dependendo do contexto ou da área de estudo em que é abordada. Para as neurociências, refere-se aos processos cognitivos de aquisição, armazenamento e recuperação de informações no cérebro humano. Já na psicologia, é frequentemente associada à constituição da identidade e à dinâmica entre lembrança e esquecimento no sujeito. No senso comum, a memória é frequentemente entendida como uma faculdade individual, associada à capacidade de recordar fatos passados, armazenar experiências e revivê-las de maneira mais ou menos fiel. Embora essa concepção enraizada na vivência cotidiana possa reduzir a memória a um simples repositório de lembranças, no campo da arquivologia até o final do século XX o consenso científico não foi muito diferente.

Nesse sentido, a Revolução Francesa representou um ponto de virada na história da gestão documental, ao consolidar a ideia de que os documentos produzidos pelo Estado deveriam ser considerados bens públicos, acessíveis à nação e não mais propriedade privada da monarquia ou da administração. Essa mudança de perspectiva conferiu aos arquivos um novo papel político e simbólico: o de garantir a transparência das ações governamentais e de preservar a memória **oficial** da nação. Essa concepção se difundiu por diversos países, influenciando a formação dos arquivos nacionais e estabelecendo as bases para a ideia moderna de Arquivo como instrumento tanto de administração quanto de construção da História.<sup>1</sup>

Dessa forma, ainda no século XIX, sob a influência do positivismo – corrente filosófica que também moldou a História como disciplina científica – o desenvolvimento metodológico da área compreendia os Arquivos como espaços neutros para a preservação do passado. Acreditava-se que a “verdade” histórica estaria armazenada nesses locais, aguardando ser revelada pelos historiadores, cabendo ao arquivista o papel de guardião e sustentáculo dessa narrativa. Segundo essa visão tradicional, a historiografia somente poderia ser produzida a partir de documentos oficiais — majoritariamente registros escritos — considerados fontes **legítimas** e **neutras** para a reconstituição dos **fatos**.<sup>2</sup> É importante destacar que o escopo documental presente nos Arquivos até então era bastante limitado e refletia diretamente as estruturas de poder vigentes. A produção e a preservação dos documentos arquivísticos estavam quase

---

<sup>1</sup> REIS, Luís. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. *Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*, v. 7, n. 24, p. 103–115, abr./jun. 2006. p. 107

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. -7 ed. revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.. p. 535 [grifo nosso]

exclusivamente associadas às esferas estatais e eclesiásticas, ou seja, às instituições que detinham o monopólio da autoridade e da legitimidade social. Documentos governamentais, administrativos, legislativos, diplomáticos e eclesiásticos formavam o núcleo do que se entendia como digno de ser arquivado — não somente por razões práticas, como o controle burocrático, mas também por uma concepção de que somente essas entidades seriam produtoras de uma “história oficial”.<sup>3</sup>

A memória, por sua vez, foi relegada aos monumentos coletivos e a outros objetos públicos, como estátuas, cerimônias cívicas e comemorações nacionais, considerados expressões simbólicas de um passado compartilhado. Esses elementos eram tidos como formas de um saber inferior, marcado por afetos e tradições, quando não impostas por governantes e instituições de poder para legitimar certas narrativas.<sup>4</sup> Ao privilegiar registros escritos e oficiais, os arquivos tradicionais acabaram por conservar, majoritariamente, a memória das instituições dominantes em detrimento de outras formas de expressão histórica. Grupos como camponeses, trabalhadores urbanos, mulheres e populações tradicionais, cujos modos de vida raramente geravam documentação escrita reconhecida pelas instituições oficiais, permaneceram à margem do que se considerava “documentável”.

Segundo Luis Reis, somente em meados do século XX que a ideia de dupla função dos Arquivos passou a ser hegemônica, isso é “onde se por um lado são garantia dos direitos dos cidadãos, por outro conservam e gerem a memória do passado da nação”<sup>5</sup>, mas o espaço para entidades e indivíduos fora do escopo estatal ainda é bastante limitado. No mesmo século, a Escola dos Annales<sup>6</sup> foi decisiva nesse sentido. Ao romper com a história factual e cronológica centrada em grandes eventos e personagens, os Annales propuseram uma abordagem mais ampla e interdisciplinar, na qual todo vestígio do passado poderia ser tomado como fonte legítima. Jacques Le Goff, um de seus principais representantes, chamou esse movimento de “revolução documental”, ao defender que o historiador deve extrair sentido também de registros

---

<sup>3</sup> ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 1, 2013, p. 52.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. p. 535

<sup>5</sup> REIS, Luís, 2006

<sup>6</sup> A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgido na França no século XX, notadamente a partir de 1929, com a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* por Marc Bloch e Lucien Febvre. Caracterizou-se por uma ruptura com a historiografia tradicional, que priorizava eventos políticos, militares e grandes personalidades. Os Annales propuseram uma história mais abrangente, focando em longa duração, estruturas sociais, mentalidades, economia e geografia, utilizando uma abordagem multidisciplinar que incorporava conhecimentos da sociologia, antropologia e economia. Seu objetivo era compreender as sociedades em sua totalidade, explorando as forças profundas que moldavam a vida humana e as relações sociais. BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989) - 2ª edição: A Revolução Francesa da historiografia*. Unesp. 2011

não oficiais — como objetos, imagens, práticas culturais e narrativas orais<sup>7</sup>. Embora a ampliação do conceito de fonte histórica tenha impulsionado certas mudanças nas práticas arquivísticas, ela não foi, por si só, suficiente para modificar significativamente o que se entendia como o papel do arquivista. Como demonstra José Maria Jardim

Para Robert (1990, p.137) “os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada”. Como tal, os arquivistas devem contar com o apoio de historiadores “para trabalharem a definição mesma de arquivos como lugar de elaboração e de conservação da memória coletiva”.<sup>8</sup>

ou

“Somos arquivistas, não somos homens do passado. Nós temos a responsabilidade da memória comum dos homens e uma responsabilidade na construção do futuro. Estamos a serviço da vida, somos responsáveis por uma memória ativa que é, antes de tudo, um instrumento de trabalho para as sociedades humanas. A memória é o fundamento dos direitos dos cidadãos”<sup>9</sup>

Pelos trechos apresentados, é possível afirmar que, até pelo menos a década de 1990, a transformação dos arquivos enquanto espaços de memória social era limitada por uma concepção ainda fortemente atrelada à neutralidade técnica dos documentos. A ampliação do conceito de fonte histórica, embora importante, não foi suficiente, por si só, para alterar profundamente o papel atribuído aos profissionais arquivistas. No entanto, nas décadas seguintes, esse quadro começou a mudar. A emergência de novas abordagens críticas, o fortalecimento de debates sobre memória, poder e representatividade, bem como o diálogo com outras áreas do conhecimento, impulsionaram uma revisão significativa nas práticas e no posicionamento profissional no campo da Arquivologia. É justamente esse processo de transformação que será abordado no próximo capítulo. Em outras palavras, embora os arquivos tenham a possibilidade de abrigar documentos mais variados e representativos, a lógica institucional que sustenta o papel do arquivista — como mediador “imparcial” entre o passado e a sociedade — permaneceu amplamente preservada.

---

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. 2013

<sup>8</sup> JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos públicos, *Ciência da Informação* - Vol 25, número 2, 1995 apud ROBERT, Jean-Claude. *Les rapports entre l’histoire e l’archivistique*. In: *La place de l’archivistique dans la gestion de l’information: perspectives de recherche*. Montreal: Université de Montreal, 1990. p. 4

<sup>9</sup> *Idem.* apud O discurso de Favier na abertura do XII Congresso Internacional de Arquivos (Montreal, 1992). p.

## 1.1. Documentos, Memória Coletiva e disputas de narrativa

A memória tem se consolidado como uma das preocupações culturais e políticas centrais nas sociedades ocidentais contemporâneas. Segundo Romero, discursos de memória de um novo tipo emergiram no Ocidente a partir da década de 1960, impulsionados pela descolonização e pelos novos movimentos sociais em busca de histórias alternativas e revisionistas.<sup>10</sup> Nesse sentido, a memória é a parte central da consciência que um ator possui de seu passado, seja um indivíduo, um grupo ou a sociedade como um todo. Ela se relaciona diretamente com a identidade e as subjetividades, moldando a percepção do presente a partir da indagação sobre a origem e o destino. Ainda segundo o autor

A memória é uma atividade livre. É feita de lembranças, esquecimentos, distorções, reflexos, subterfúgios, realces, esmaecimentos e mil operações mais. Em nenhuma destas a “verdade”, em um sentido convencional do termo, tem um significado especial. Cada um se lembra do que quer e esquece-se do que lhe dá vontade, sem outro critério que a utilidade, ou algum tipo de utilidade: viver melhor se pensamos em termos individuais; construir um futuro fabricando um passado se pensamos em termos de algum tipo de militância; estabelecer ou consolidar a ordem existente se olhamos do ponto de vista do Estado. A memória não pretende ser neutra; é valorativa e categórica e tende a considerar as coisas em termos de “preto no branco”. Finalmente, a construção da memória é um processo social, com partes em conflito, com vitórias e derrotas, imposições e concessões, hegemonias, tradições, dissidências e emergências.<sup>11</sup>

Guarinello complementa essa visão ao afirmar que a Memória é algo que "não está em lugar algum, pois ocupa e preenche todos os lugares". Ela funciona como um substrato, um repositório dos produtos do passado que sobrevivem no presente, sendo a própria condição do tempo presente. É a trama dos vestígios, oriundos de diferentes épocas e condições de produção, que constitui a espessura daquilo que existe, ligando-nos aos mortos na medida em que sobrevive no presente. A memória, portanto, só pode rememorar aquilo que sobrevive

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, podemos citar como exemplo o caso das instituições voltadas à história e memória da comunidade LGBTQIA+. Até meados da virada do século XXI, a homossexualidade e outras identidades de gênero e sexualidade eram frequentemente invisibilizadas ou tratadas como desvios em narrativas históricas que priorizavam a heteronormatividade. A presença e a atuação de indivíduos LGBTQIA+ em diferentes áreas da sociedade eram omitidas ou distorcidas. O Movimento LGBTQIA+ tem liderado a construção de uma “memória queer”, que busca resgatar, documentar e celebrar as histórias de vida, as lutas por direitos, as expressões culturais e as redes de solidariedade da comunidade. Exemplos como o QueerMuseu (uma exposição cancelada, mas que gerou um importante debate sobre a visibilidade da arte queer) e o Acervo Bajubá (um museu virtual dedicado aos territórios de resistência, cultura e memória LGBTI+ do Brasil) são iniciativas interessantes.

<sup>11</sup> ROMERO, Luis Alberto. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Processo argentino e os problemas da democracia. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007. p. 2

concretamente no presente, uma ação representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produz de si para assumir e defender sua identidade e orientar sua ação individual ou coletiva.<sup>12</sup>

Guarinello ainda defende que a Memória enquanto conceito pode ser entendida em duas categorias diferentes: a Memória enquanto reprodução de permanências e reflexão sobre a mudança. Na primeira forma, entende-se como fundamento da tradição e produto social, a memória liga-se à reprodução da sociedade, organizando e reproduzindo constâncias e repetições. Ela confere um sentido de permanência e unidade no tempo, de identidade a grupos específicos ou à sociedade como um todo. Esse caráter unificador é visível em atividades coletivas cíclicas, como festas cívicas ou rituais políticos, que reproduzem um mesmo ato original, atestando a permanência e identidade do grupo<sup>13</sup>.

Já do segundo modo, a Memória não é apenas uma repetição do idêntico. Potencialmente, é uma ação reflexiva, uma inquisição proposta ao tempo, buscando diferenças, transformações e a mudança. Ela afirma a eficácia transformadora do tempo, permitindo reconhecer a transitoriedade dos presentes e a produção incessante da diferença. Nesse sentido, a memória ativa se volta para o futuro, afirmando o poder e a força da ação humana sobre sua própria história, desnaturalizando o tempo humano.<sup>14</sup>

Atores que buscam produzir ou armazenar acervos documentais se enquadram em pelo menos um desses sentidos da memória. Aqueles que focam na reprodução de permanências, por exemplo, são os que atuam na preservação de documentos históricos e culturais, buscando manter viva a tradição e a identidade de um grupo ou sociedade. Um arquivo ou um museu, na concepção desses atores, ao coletar e conservar artefatos e registros de épocas passadas, está imbuído desse propósito de assegurar a continuidade e a unidade no tempo.

Por outro lado, indivíduos ou instituições dedicadas à memória como reflexão sobre a mudança estão interessados em documentar as transformações, as rupturas e a evolução. Isso pode ser visto em projetos de história oral que registram testemunhos de eventos recentes, ou em acervos que se dedicam a coletar materiais sobre movimentos sociais e mudanças paradigmáticas.

---

<sup>12</sup>GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. Conferência proferida por ocasião do I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais, S. João del Rei, maio de 1993.187-188

<sup>13</sup> *Idem*, p. 188

<sup>14</sup> *Idem*, p. 188-189

Parafrazeando Guarinello, é crucial reconhecer que, assim como a História, a Memória também é "filha de seu tempo". Isso significa que cada época e cada grupo social produzem suas próprias representações do passado, o que implica que as "verdades" da memória são relativas e provisórias, sendo "verdades de e para sua época". No entanto, essa relatividade não esvazia o conteúdo dessas verdades, que são parciais e se acumulam e se sobrepõem. A memória, por sua natureza, não possui um único "dono" ou uma única versão. Ela é uma construção social dinâmica, permeada por interesses e marcada por diferentes perspectivas. Conseqüentemente, as diversas ideias de memória podem ser diferentes e, muitas vezes, antagônicas. Assim como a história, a memória se volta para o passado de modos distintos, e essa pluralidade de interpretações é inerente à sua própria formação.

O caso do processo de transição democrático argentino levantado por Romero ilustra vividamente a natureza multifacetada e, frequentemente, antagônica da memória coletiva. Inicialmente, a transição para a democracia foi sustentada por uma memória fundadora da ditadura, cristalizada no informe "Nunca más", que a retratava como uma "organização dedicada ao mal" e a sociedade como vítima inocente de militares e subversivos. Contudo, essa narrativa inicial, essencial para a consolidação da nova democracia, acabou por ignorar comportamentos sociais e a violência preexistente a 1976. Com o tempo e as decepções democráticas, novas imagens do processo surgiram, desafiando a memória hegemônica. Memórias "rancorosas" buscaram acertar contas do passado, construindo passados militantes para figuras que não defenderam direitos humanos. Uma "memória militante" reivindicou as "vítimas inocentes" como idealistas e começou a justificar a ação violenta. Por outro lado, uma "memória ligada aos derrotados de 1983" rememorava a anarquia violenta de 1976 para justificar a ditadura, equiparando vítimas guerrilheiras às do terrorismo estatal sob o lema "os mortos não têm partido". Essas memórias em disputa questionaram a narrativa inicial do "Nunca más", levantando questões éticas sobre política, o valor da vida humana e a subordinação dos meios aos fins. Isso demonstra como diferentes grupos sociais podem reconstruir e disputar o passado, gerando narrativas diversas e até antagônicas que refletem seus próprios interesses e perspectivas.

No contexto das memórias em disputa, os acervos documentais criados durante o próprio regime ditatorial, apesar de sua origem e propósitos, são fundamentais para embasar todas as interpretações subsequentes. O informe "Nunca más", por exemplo, compilado para fundamentar a democracia, utilizou registros que expuseram a sistematicidade do extermínio.

Essa documentação, juntamente com outros materiais acumulados pela ditadura, como registros militares e documentos internos, provê a base empírica para as diversas narrativas. Assim, os documentos do regime, longe de solidificarem uma única verdade, tornam-se um terreno fértil para a proliferação e o embate das múltiplas memórias do passado. Mesmo as memórias mais antagônicas, como a militante que denuncia a ação violenta do Estado ou a dos derrotados que justificava a ditadura, recorrem a esses acervos, reinterpretando-os para corroborar seus pontos de vista. Compreender a natureza multifacetada e disputada da memória implica em uma ruptura com a concepção tradicional do século XIX e XX, que postulava o historiador e o arquivista como guardiões imparciais da memória. Essa visão, que atribuía a eles a custódia e a responsabilidade por uma verdade única e objetiva do passado, é hoje insustentável. Em vez disso, o papel desses profissionais se redefine para o de mediadores e facilitadores de um diálogo plural com o passado, reconhecendo que a memória é uma construção ativa e que diversas narrativas, por vezes antagônicas, coexistem e se confrontam.

Por fim, é fundamental ressaltar que essa capacidade dos acervos documentais de embasar múltiplas interpretações não é, em absoluto, uma defesa de que os documentos são neutros ou desprovidos de intencionalidade. Pelo contrário, reconhece-se que tais registros, especialmente os produzidos por regimes autoritários, carregam as intenções e vieses de seus criadores e comprovam a ação pela qual eles foram criados (esse é justamente um dos aspectos que diferenciam um documento genérico de um documento de arquivo). No entanto, o que essa dinâmica evidencia é a superação da crença novecentista e do século XX de que instituições arquivísticas, assim como o historiador e o arquivista, são os únicos "guardiões da memória" ou detentores de uma verdade histórica singular e inquestionável. A diversidade de narrativas que emergem desses mesmos documentos reforça a ideia de que a memória é um campo de disputa e construção social, não uma posse exclusiva.

## **2 Documento Informal: Conceito, Importância e Desafios Documentais**

A partir dos argumentos apresentados anteriormente, fica a questão quais são, afinal, os agentes de construção da Memória. Apesar dos objetivos deste trabalho, trataremos aqui dos movimentos populares. Em um contexto sócio-histórico, esses movimentos representam a organização e a ação das camadas mais pobres da sociedade, buscando a defesa de seus direitos e a transformação social. Eles emergem, muitas vezes, em resposta à carência de políticas

públicas e demandas específicas. No nosso caso, a demanda por representação nas instituições de acervo e salvaguarda da sua Memória são os mais relevantes. Os agentes da memória nesses contextos são, primeiramente, os próprios membros e militantes dos movimentos sociais. Eles são os produtores e protagonistas de todo o processo informativo e de construção do conhecimento. A documentação, criada por eles, serve como um instrumento para a dinamização de suas lutas. Isso implica em um processo de capacitação para que esses grupos saibam documentar suas próprias práticas, acumulando experiências que podem ser utilizadas posteriormente para comunicar sua aprendizagem social e política a outros grupos. Contudo, se são os documentos de arquivo dotados de contexto arquivístico<sup>15</sup>, seriam também os documentos produzidos pelos movimentos sociais? Talvez possamos encontrar resposta no conceito de Documento Popular.

Com base nos escritos de Maria Mercedes Rocha, é possível entender o "Documento Informal", também conhecido como "Documento Popular", como uma forma de registro distinta das abordagens administrativas tradicionais. Conforme sua perspectiva, este tipo de documento consiste em um registro de informações, em variados suportes, elaborado pelos movimentos sociais com o propósito primordial de instruir e informar seus integrantes. A criação e o desenvolvimento desses documentos estão enraizados nas vivências e nas estruturas culturais coletivas dos próprios movimentos, empregando uma linguagem acessível e buscando promover a educação entre as camadas populares.<sup>16</sup>

O impulso para a criação de documentação popular surgiu como uma maneira de expandir as vias de comunicação dentro dos movimentos sociais na América Latina. Em 1980, o Relatório MacBride da UNESCO (1983) revelou uma notável discrepância no acesso à informação entre os grupos economicamente mais favorecidos e as camadas populares. Esse relatório, propôs uma integração mais democrática, na qual os indivíduos atuariam não apenas como receptores, mas como participantes ativos nos processos de comunicação<sup>17</sup>. Dessa forma, a Documentação Popular constitui-se em um movimento que se originou fora dos domínios

---

<sup>15</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

<sup>16</sup> ROCHA, Maria Mercedes Otero. *Documentação Popular: considerações Teóricas*. Inf. & Soc.:Est, João Pessoa, v.4, n.1, p.8-14, jan./dez. 1994

<sup>17</sup> OTRE, Maria Alice Campagnoli. *Comunicação popular, alternativa e comunitária: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil*. São Paulo: Fundação JK, 2016, *Apud* CAMOLEZA, J. M. C., and TROITIÑO, S. *Arquivos de Movimentos Sociais: indexando documentos populares*. In.: FUJITA, M. S. L., ALVES, R. C. V., and ALMEIDA, C. C., eds. *Modelos de leitura documentária para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 64

tradicionais da biblioteconomia e dos centros de documentação. Ela se estabeleceu à margem da atuação desses profissionais, transformando-se em uma prática com um viés político explícito e declarado em favor das classes populares. Nesse contexto, a documentação foi considerada um instrumento essencial para impulsionar a mudança social.<sup>18</sup>

A disseminação da documentação popular ganhou força como um meio de expandir a comunicação dentro dos movimentos sociais latino-americanos, especialmente em um cenário onde o acesso à informação era desproporcional entre grupos privilegiados economicamente e as classes populares. Segundo Camoleza e Troitiño, em 1981, o Centro de Documentação Uruguaio América Latina (CEDUAL) caracterizou o Documento Popular como uma ferramenta para a transformação social e a educação popular, fornecendo informações precisas e relevantes que atendem às necessidades e interesses dos setores populares. Sua principal distinção da documentação científica reside no fato de que os protagonistas são as próprias forças sociais do movimento popular, e o foco principal é a documentação das contradições sociais.<sup>19</sup>

No entanto, a ausência de uma organização sistemática para a guarda e o gerenciamento desses registros é uma realidade frequente em acervos de movimentos sociais. Embora haja uma produção documental ativa nesses segmentos populares, ela geralmente não é sistematizada em sua gestão e guarda, o que gera dificuldades na recuperação de informações. A falta de um modelo de tratamento arquivístico apoiado na gestão documental leva a prejuízos na formação da memória e na construção da história dos movimentos sociais, indicando a carência de uma política específica para a preservação desses registros. Além disso, a ausência de metodologias e critérios claros para o tratamento de documentos dificulta a indexação e a identificação de termos descritivos do conteúdo, impedindo a recuperação posterior.

Jean Camoleza e Sonia Troitiño apontam como principais desafios para esse tipo de acervos os seguintes tópicos:

---

<sup>18</sup> OTRE, Maria Alice Campagnoli. Comunicação popular, alternativa e comunitária: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil. São Paulo: Fundação JK, 2016, p. 64

<sup>19</sup> CAMOLEZA Jean Marcel e TROITIÑO, Caum Sonia. S. Arquivos de Movimentos Sociais: indexando documentos populares. In.: FUJITA, M. S. L., ALVES, R. C. V., and ALMEIDA, C. C., eds. Modelos de leitura documentária para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020

## **2.1 Deficiência de Padronização**

Os documentos produzidos por movimentos sociais frequentemente carecem de regulamentação ou normatização oficial, bem como de um controle adequado dos padrões de produção. Essa informalidade, embora reflexo da própria natureza orgânica e muitas vezes emergencial desses movimentos, gera um cenário complexo para a gestão documental. A ausência de critérios claros para a criação e organização dos documentos dificulta sua identificação e, conseqüentemente, a capacidade de nomeá-los, reconhecê-los e denominá-los de forma consistente. Isso se traduz em uma árdua tarefa para a disponibilização, difusão e conservação desses acervos, como observado por Troitiño (2012). A falta de padronização impede o estabelecimento de um sistema coeso que permita a fácil localização e acesso às informações, comprometendo a funcionalidade do arquivo.<sup>20</sup>

## **2.2 Escassez de Termos Controlados**

Um dos entraves significativos na indexação e recuperação da informação em arquivos de movimentos sociais é a ausência de um vocabulário controlado. A falta de termos padronizados, tanto por especialistas quanto por não especialistas, impede a criação de procedimentos sistematizados para identificar e representar os conceitos relacionados às funções, atividades e tipologias documentais específicas desses movimentos. Sem um tesouro ou uma lista de cabeçalhos de assunto que reflita a linguagem e os temas próprios dos movimentos sociais, a indexação se torna inconsistente, dificultando a busca e a recuperação de documentos por parte dos usuários. A conversão dos termos identificados para uma linguagem documentária reconhecida pelo usuário e pelo autor seria crucial para garantir o uso terminológico adequado<sup>21</sup>

## **2.3 Desconhecimento do Indexador**

A complexidade da análise de assunto em documentos populares é agravada quando o indexador não possui familiaridade com as particularidades do contexto sociocultural de sua produção e dos acervos de movimentos sociais. Esse desconhecimento pode levar a

---

<sup>20</sup> CAMOLEZA Jean Marcel e TROITIÑO, Caum Sonia. S. 2020. p. 07

<sup>21</sup> CAMOLEZA Jean Marcel e TROITIÑO, Caum Sonia. S. 2020. p. 14

interferências no processo de indexação, resultando em dificuldades na identificação de conceitos e, conseqüentemente, na recuperação da informação pelo usuário. A omissão de parte do conteúdo proposto pelo autor também é um risco. Para mitigar essa dificuldade, é fundamental que o indexador possua conhecimento prévio sobre o órgão produtor, a proveniência dos documentos e as particularidades de cada movimento social. Essa capacitação e o estudo aprofundado do contexto são elementos que podem auxiliar na identificação precisa dos conceitos e seus significados, fortalecendo a ligação entre usuário, autor e informação.<sup>22</sup>

## **2.4 Resistência a Metodologias Convencionais**

Existe uma notável relutância por parte de alguns segmentos da documentação popular em adotar sistemas convencionais de processamento técnico. Essa hesitação decorre da percepção de que muitas dessas técnicas são vistas como "comprometidas com o sistema" capitalista, e a própria mediação de profissionais da área, como bibliotecários e documentalistas, é por vezes interpretada como uma forma de manipulação. Embora não haja um consenso ou unanimidade em torno dessa questão técnica, a argumentação é de que a documentação, em uma sociedade de classes, é um produto social que se encontra separado da prática popular. A documentação popular, ideologicamente ligada à teologia da libertação, contrapõe-se à visão de neutralidade técnica e despolitização da documentação tradicional. No entanto, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) reconhece a necessidade de adotar um padrão mais sofisticado no tratamento da informação, sugerindo que o apoio ao movimento popular merece o maior grau possível de sofisticação, apesar das dificuldades de recursos.<sup>23</sup>

Por fim, é importante dizer que embora a salvaguarda da documentação de movimentos sociais seja um direito fundamental e uma necessidade premente para a construção de suas narrativas históricas e identitárias, é crucial abordar criticamente a noção de que o simples ato de guardar documentos equivale automaticamente a preservar a memória. Como vimos antes, a memória é um construto muito mais complexo e dinâmico do que um conjunto estático de registros físicos ou digitais.

---

<sup>22</sup> CAMOLEZA Jean Marcel e TROITIÑO, Caum Sonia. S. 2020. p. 13-14

<sup>23</sup> CAMOLEZA Jean Marcel e TROITIÑO, Caum Sonia. S. 2020. p. 03-05

É relevante também afirmar que os acervos produzidos por movimentos sociais são muito mais do que simples coleções de documentos; eles constituem pilares fundamentais para a recuperação de informações e para a fiel representação arquivística dos registros. A documentação gerada por essas organizações, ainda que muitas vezes não siga padrões formais de sistematização, atua como um potente meio de comunicação e educação interna, assegurando que as memórias e identidades construídas ao longo de suas trajetórias de luta permaneçam vivas e acessíveis.

Diante deste panorama, torna-se imperativo que se considerem as particularidades da documentação gerada por movimentos sociais. Para assegurar que o conteúdo desses registros seja recuperado de forma precisa e útil para os interessados, é essencial adotar métodos de indexação que não apenas respeitem a natureza única desses documentos, mas que também se alinhem com suas características peculiares. Isso implica em um processo que compreenda a lógica de sua produção, os modos de pensar e os elementos intrínsecos a essa documentação, que representam práticas culturais enraizadas em um tempo e espaço específicos, configurando o protagonismo dos movimentos sociais.

### **3. O Acervo do MST e o Documento Popular**

Tradicionalmente, a arquivologia focou em registros de instituições formais na evolução da sua metodologia, mas a experiência do movimento demonstra a importância de ampliar essa perspectiva para compreender e validar acervos oriundos de movimentos populares. A análise do Acervo Digital do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sob a ótica dos princípios arquivísticos revela uma abordagem inovadora e adaptada à natureza de um movimento social, ao mesmo tempo em que preserva a essência e a legitimidade de sua documentação. A formação do MST, ao longo de sua história, apresenta um grande desafio no que diz respeito à elaboração de processos para o cuidado com a memória e os arquivos. Estes representam o Movimento em seu contexto e atuação no Brasil, sendo essenciais para compreender o MST e sua posição na história brasileira. Elaborar como cuidar das massas documentais acumuladas e da memória que as envolve não apenas conecta o passado e a origem do movimento, mas também sua posição futura e suas lutas, que podem ir além do próprio Movimento. Assim, é fundamental, a partir da experiência do Movimento, fomentar a preservação da memória e dos registros, mantendo a perspectiva da luta pela terra e pela reforma agrária no país, que é sua atividade fim.

Dessa forma, a segunda etapa deste trabalho tem como objetivo analisar o acervo acumulado pelo MST à luz das reflexões propostas por Maria Mercedes Rocha, discutidas no capítulo anterior. Busca-se identificar de que maneira os responsáveis pela organização desse acervo enfrentaram as problemáticas apontadas.

#### **3.1. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

A criação do MST está intrinsecamente ligada ao cenário histórico do Brasil no final da ditadura militar (1964–1985). Esse período foi marcado por intensa repressão política, desigualdade social e uma extrema concentração fundiária. As políticas de modernização agrícola do regime militar, que privilegiavam o agronegócio e grandes proprietários através de megaprojetos e mecanização, resultaram na expulsão de milhares de famílias camponesas de suas terras. Isso intensificou os conflitos no campo e gerou um significativo êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos. Nessas cidades, a crise industrial da época significava um cenário de pleno desemprego. Diante disso, alguns resistiram nas cidades, enquanto outros optaram por retornar ao campo, onde promoveram a organização da resistência. Dessa forma,

o MST emerge na década de 1970 como uma resposta direta às intensas manifestações camponesas e à crescente expropriação e expulsão de camponeses de suas terras no Brasil. Consolidando-se como organização, o movimento foi oficialmente fundado em 1984. O MST teve um papel preponderante nas ocupações de terra no Brasil, sendo responsável por uma parcela significativa desses atos entre os anos 2000 e 2007.

Simultaneamente, a ausência de uma reforma agrária efetiva e a violência constante e sistemática contra trabalhadores rurais, por meio da política e da força, expunham a falência do modelo agrário brasileiro. Nesse contexto de crise política e social, somado à rearticulação e fortalecimento de movimentos populares, diversas famílias afetadas pelas políticas do modelo agrário passaram a ocupar terras improdutivas e devolutas. Essa ação era uma forma de resistência e sobrevivência, com o apoio de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Educação de Base (MEB) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), todas ligadas à Igreja Católica progressista. Essa lacuna social e política abriu caminho para a organização de uma luta nacional articulada, culminando na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST tornou-se uma expressão concreta dessa luta histórica pela terra e por justiça social no campo, além de um importante agente mobilizador para outros atores políticos na luta pela redemocratização brasileira.

O MST foi constituído com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais. O encontro reuniu diversos representantes de acampamentos, ocupações e frentes de luta espalhados por todo o país, com o objetivo de unificar as lutas locais e seus representantes em uma pauta nacional. A presença de representantes locais, de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de movimentos populares, sindicatos rurais e militantes da teologia da libertação foi crucial para a consolidação de uma organização autônoma.

O ativismo político e social do MST, focado na luta pela reforma agrária, soberania e sustentabilidade alimentar, e justiça social no campo, resultou no acúmulo, ao longo de décadas, de um vasto volume de registros documentais. O acervo produzido e acumulado pelo movimento está intimamente ligado às suas atividades e à trajetória de luta contra a marginalização das causas camponesas. Esses documentos desempenham um papel fundamental não apenas na validação do movimento e de suas pautas, mas também no cumprimento de funções administrativas e legais, sendo essenciais para sua organização interna e para a formalização de suas ações.

### 3.2. Acervo Digital do MST

O Acervo do MST, foi inicialmente organizado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes a partir de pesquisas de campo ainda na década de 1990<sup>24</sup>. Ao longo da década de 2010, o acervo passou aos cuidados da “Equipe de Acervo e Memória”, uma parceria entre a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade da Califórnia no Campus de Los Angeles, em coordenação do professor Clifford Andrew Welch (Departamento de História da Unifesp) e Jade Percassi (Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação). Entre 2008 e 2009, um projeto organizou aproximadamente 3.000 documentos, incluindo publicações, vídeos e outros materiais, criando um catálogo eletrônico acessível online. Além disso, mais de 10.000 páginas, como jornais, revistas e boletins do movimento, foram digitalizadas e indexadas no sistema DocPro, facilitando buscas e downloads em formato PDF, garantindo maior acessibilidade e preservação.<sup>25</sup> Em 1999, um convênio formal entre a UNESP e o MST consolidou a custódia e organização dos documentos reunidos por Fernandes no CEDEM.

O Acervo Digital do MST surge, portanto, da necessidade de preservar e difundir essa vasta massa documental acumulada. Ele é o resultado de mais de 10 anos de trabalho de digitalização e está estruturado em uma plataforma que reúne mais de 15 mil fotografias históricas digitalizadas e catalogadas, representando as ações do movimento em diversos estados do Brasil desde sua fundação em 1984. O projeto do Acervo é fruto de uma colaboração internacional com a Universidade da Califórnia (UCLA), através do programa Modern Endangered Archives Program (MEAP). Seu objetivo principal é preservar e tornar acessível a memória do movimento por meio da digitalização e catalogação do acervo nacional.

A documentação acumulada ao longo das décadas foi inicialmente organizada de forma descentralizada. A formação do acervo digital representa uma segunda etapa de preservação. A massa documental é proveniente dos diversos núcleos e brigadas do MST. A produção documental está intrinsecamente ligada às práticas do movimento desde sua formação, sendo composta por registros de reuniões, fotos de ocupações, boletins informativos, cartazes de mobilizações e materiais de formação. Essa documentação foi reunida organicamente por militantes, educadores populares e coordenadores de base, o que destaca seu valor primário, uma vez que foi produzida no curso das atividades do próprio movimento. Esse valor primário

---

<sup>24</sup> <https://mst.org.br/2024/04/26/projeto-trabalha-na-preservacao-e-digitalizacao-do-acervo-de-memoria-do-mst/> [acesso dia 03/06/2025]

<sup>25</sup> Centro de Documentação e Memória da UNESP. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/>. Acesso em: 31/05/2025.

relaciona-se à função original dessa documentação e à sua utilidade imediata para a atuação do movimento, como, por exemplo, no registro de seus processos e ações de mobilização.

A estruturação inicial do acervo não seguia as normas arquivísticas convencionais, mas sim uma lógica funcional, de acordo com as ações do movimento. Os documentos eram guardados conforme sua utilidade política, pedagógica ou histórica. Essa estrutura programática do movimento evidencia uma racionalidade própria, baseada nas necessidades e valores do movimento, incluindo sua própria manutenção. Foi somente a partir da década de 2010 que nasceu o esforço sistemático e estruturado para a preservação e digitalização, culminando na criação do Acervo Digital.<sup>26</sup> Além disso, a proveniência, um dos pilares da arquivologia, refere-se à origem dos documentos e à manutenção dos vínculos entre eles e suas funções de criação<sup>27</sup>. No caso do Acervo Digital do MST, os documentos que o compõem foram produzidos e acumulados diretamente no exercício da atuação do movimento. Isso significa que a massa documental é um resultado orgânico de suas atividades políticas e sociais, incluindo ocupações, assembleias, formações, campanhas, congressos e outras ações pedagógicas e mobilizadoras<sup>28</sup>. A manutenção dos vínculos entre os documentos e suas funções de origem segue a matriz do princípio arquivístico fundamental, assegurando que o contexto de produção seja preservado. Este aspecto é particularmente relevante para um movimento social, cujos documentos são frequentemente produzidos em contextos informais e de resistência, e não em ambientes burocráticos padronizados.

O acervo digital oferece uma ampla variedade de documentos, que incluem: publicações como o Jornal Sem Terra (1981-2008) e a Revista Sem Terra (1997-2008); boletins, como o Boletim da Educação; cadernos como o Caderno de Formação; cartilhas de conscientização e formação; documentos internos como relatórios, manifestos e notas; teses e dissertações acadêmicas relacionadas ao movimento; cartazes e vídeos; fotos e registros de atividades:

---

<sup>26</sup> [https://www.google.com/url?q=https://mst.org.br/2024/04/26/projeto-trabalha-na-preservacao-e-digitalizacao-do-acervo-de-memoria-do-mst/~:text=%3D%25E2%2580%259CO%2520projeto%2520%25C3%25A9%2520uma%2520forma,Secret%25C3%25A1ria%2520Nacional%252C%2520h%25C3%25A1%2520alguns%2520anos&sa=D&source=docs&ust=1749154835174825&usg=AOvVaw0e\\_YBXa-L3QuornrKindF-](https://www.google.com/url?q=https://mst.org.br/2024/04/26/projeto-trabalha-na-preservacao-e-digitalizacao-do-acervo-de-memoria-do-mst/~:text=%3D%25E2%2580%259CO%2520projeto%2520%25C3%25A9%2520uma%2520forma,Secret%25C3%25A1ria%2520Nacional%252C%2520h%25C3%25A1%2520alguns%2520anos&sa=D&source=docs&ust=1749154835174825&usg=AOvVaw0e_YBXa-L3QuornrKindF-) [acesso 05/06/2025]

<sup>27</sup> BELLOTTO, Heloisa. Sistema de Arranjos. In Arquivos Permanentes: Tratamento Documental. 2006.

<sup>28</sup> BELLOTTO, Heloisa. Identificação de fundos. In Arquivos Permanentes: Tratamento Documental. 2006.

	Espécie	Gênero
D I G I T A L - P D F	Artigo	TEXTUAL
	Cartazes	
	Cartas	
	Correspondência	
	Comunicações	
	Boletim	
	Declarações	
	Manifestações	
	Panfletos	
	Publicações	
	Relatórios	
	Fotos	Iconográfico
	Imagens	
	Vídeos	Audiovisual

29 30

O acervo demonstra como as lutas sociais foram registradas, com ênfase nas ações coletivas e na organização das comunidades, além de refletir o papel central do MST enquanto movimento social. No geral, esse material não só documenta as conquistas e dificuldades enfrentadas pelo movimento, mas ajuda a fortalecer a memória coletiva do MST, permitindo que as próximas gerações de militantes, pesquisadores e toda a sociedade entendam o contexto e a importância histórica do movimento. Ao guardar registros detalhados das ações do MST, o

<sup>29</sup> O acervo do MST no CEDEM é digitalizado e indexadas no sistema DocPro, o que facilita buscas e downloads em formato PDF, garantindo maior acessibilidade e preservação. A tabela em questão mostra uma análise que organiza os documentos digitais de acordo com sua Espécie X Gênero, classificados no acervo digital. A tabela oferece uma visão geral dos diferentes tipos de gêneros documentais disponíveis no acervo digital. Fazer essa categorização ajuda a compreender como esses documentos são usados e aplicados em várias áreas do conhecimento e práticas profissionais. Além disso, dividir os gêneros em textuais, iconográficos e audiovisuais torna mais fácil entender as características e funções específicas de cada um.

<sup>30</sup> A tabela mostra uma análise que organiza os documentos digitais de acordo com sua Espécie X Gênero, classificados no acervo digital. Essa classificação é importante porque ajuda a entender a diversidade e a utilidade desses documentos para o público. A tabela oferece uma visão geral dos diferentes tipos de gêneros documentais disponíveis no acervo digital. Fazer essa categorização ajuda a compreender como esses documentos são usados e aplicados em várias áreas do conhecimento e práticas profissionais. Além disso, dividir os gêneros em textuais, iconográficos e audiovisuais torna mais fácil entender as características e funções específicas de cada um.

acervo do CEDEM não só preserva momentos de resistência, mas também desempenha um papel fundamental na construção de uma história oficial das lutas por terra e pelos direitos sociais no Brasil.

### **3.3. Contexto Arquivístico**

O conceito de contexto arquivístico, embora muitas vezes associado a estruturas formais, adquire uma dimensão ampliada no acervo do MST. Apesar de o acervo ser predominantemente formado por documentos de natureza fotográfica e multimídia, e sua estrutura ser parcial e digital, é inegável a presença de um contexto arquivístico claro nesses materiais. As imagens, por exemplo, não são meras ilustrações; elas funcionam como materiais comprobatórios e testemunhos diretos de ações coletivas específicas.

Muitas dessas ocorrências estão intrinsecamente ligadas a eventos pontuais do Movimento, como datas comemorativas, campanhas específicas e regiões geográficas determinadas, resultando na formação de conjuntos documentais coerentes. Isso evidencia que, mesmo na ausência de uma estrutura arquivística formal tradicional – como um plano de classificação ou uma tabela de temporalidade institucionalizada –, existe uma contextualização funcional, social e histórica que atribui um valor arquivístico real e legítimo aos documentos do Acervo. O contexto aqui não se define por uma burocracia rígida, mas pela dinâmica das ações do movimento, pela sua função política e pedagógica, e pela sua capacidade de registrar e comunicar suas vivências e lutas.

Nesse caso específico, o Movimento apresenta uma organização estrutural baseada em acampamentos distribuídos por todo o território nacional, influenciando diretamente a forma de acumulação e disposição da documentação. Essa estrutura descentralizada reflete-se nos acervos disponíveis, nos quais é possível observar uma produção documental localizada e contextualizada. Assim, ao consultar o acervo, o pesquisador pode ter acesso direto aos documentos gerados no próprio acampamento de interesse, permitindo uma aproximação mais precisa e rica com a realidade vivida naquele espaço específico.

### **3.4. Acesso**

A acessibilidade é um componente vital para a democratização da informação e da memória. O Acervo Digital do MST se destaca nesse quesito, uma vez que está disponível online, acessível por meio dos sites do Centro de Documentação e Memória (CEDEM), do próprio MST e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Essa estratégia de múltiplas plataformas de acesso amplia significativamente o alcance do acervo, permitindo que pesquisadores, estudantes, militantes e o público em geral possam consultar os documentos de forma facilitada. A disponibilidade online é fundamental para romper barreiras geográficas e sociais, garantindo que a memória do movimento seja difundida e utilizada por um público amplo, contribuindo para a visibilidade de sua história e de suas pautas.

A classificação e a descrição em arquivos são processos essenciais para a organização, recuperação e compreensão do conteúdo documental. No Acervo Digital do MST, essa organização é realizada por meio de descrições temáticas, baseadas em assuntos e eventos específicos, embora ainda possam existir algumas lacunas de informação. Essa abordagem de classificação, mesmo que em um sentido parcial, revela uma lógica estrutural pautada pelo agrupamento das atividades-fim do movimento. Ou seja, os documentos são agrupados de acordo com as ações e objetivos que representam, em vez de seguir uma hierarquia puramente institucional.

Um aspecto notável é a linguagem utilizada para a descrição, que é acessível e segue critérios de um vocabulário controlado. Essa escolha não é arbitrária; a linguagem do acervo é elaborada com base na análise do perfil e do usuário das informações que o acessa. Sendo o público-alvo os próprios militantes e pesquisadores, o objetivo é garantir que eles possam identificar e contextualizar o conteúdo de forma prática e significativa. Essa adaptação da linguagem e dos critérios de descrição às necessidades de seus usuários diretos é um diferencial, ao reconhecer a importância de uma comunicação eficaz dentro e fora do movimento.

### **3.5. Valor Secundário**

O valor secundário de um documento reside na sua utilidade para fins que vão além da sua função original, como a pesquisa histórica, cultural ou social. No caso do Acervo Digital do MST, a elaboração e o desenvolvimento do projeto de digitalização e democratização do acesso ao acervo não apenas garantem a preservação do conteúdo da massa documental, mas

consolidam o direito à memória das classes populares que formam o movimento. Esses documentos, produzidos pelos próprios militantes e coordenadores de base, são a “engrenagem” da produção documental do MST.

Assim, o acervo se constitui como uma ferramenta crucial para a manutenção da atuação política e social do movimento, de sua formação pedagógica e da reapropriação simbólica da história. Ele evidencia que os documentos produzidos e acumulados por movimentos sociais, mesmo que “informais”, podem e devem ser reconhecidos como matéria da atuação arquivística, possuindo um valor secundário inestimável para a compreensão de suas lutas, conquistas e para a escrita de uma história mais inclusiva. A preservação desses registros permite que a memória do MST não seja apenas um passado estático, mas uma fonte ativa de aprendizado e mobilização para as gerações futuras.

Além de seu valor funcional, o acervo possui um significado inestimável como registro histórico, documentando decisões, articulações e a participação ativa de trabalhadores rurais e entidades parceiras. Esses registros se apresentam em diversos formatos, como atas de reuniões, boletins informativos e registros fotográficos, contribuindo para a construção de uma memória coletiva. A importância desse acervo para o MST vai muito além da simples guarda de documentos. Ele constitui um verdadeiro pilar para a preservação da memória do movimento, garantindo que suas histórias, conquistas e os desafios enfrentados pelas comunidades permaneçam vivos e acessíveis. Essa preservação é fundamental para afirmar a identidade do MST e assegurar a continuidade de suas lutas, funcionando também como fonte de aprendizado e inspiração para as gerações futuras.

## Conclusão

É fundamental compreender que a simples guarda de documentos, por si só, não se traduz automaticamente na preservação da memória. A memória, conforme discutido, é um construto muito mais complexo e dinâmico do que um conjunto estático de registros físicos ou digitais. Em vez de ser uma reprodução fiel e neutra do passado, a memória é uma atividade livre, feita de lembranças, esquecimentos, distorções e reflexos, sem que a “verdade” em um sentido convencional tenha um significado especial. Ela é um processo social, permeado por conflitos, vitórias, derrotas, imposições e concessões, refletindo interesses e diferentes perspectivas. Assim como a história, a memória volta-se para o passado de modos distintos, e essa pluralidade de interpretações é inerente à sua própria formação.

Nesse sentido, a função do acervo documental não é ditar uma única “verdade” do passado, mas sim possibilitar múltiplas narrativas. Ao invés de solidificar uma versão hegemônica, os documentos se tornam um terreno fértil para a proliferação e o embate de diversas memórias. Mesmo registros produzidos por regimes autoritários, por exemplo, embora carreguem as intenções e vieses de seus criadores, podem embasar interpretações antagônicas, como evidenciado pelo caso da transição democrática argentina. A diversidade de narrativas que emergem desses mesmos documentos reforça a ideia de que a memória é um campo de disputa e construção social, e não uma posse exclusiva.

A análise do Acervo Digital do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à luz dos princípios arquivísticos e da discussão sobre a memória popular, conforme apresentada neste trabalho, revela a profunda relevância dessa iniciativa. Tradicionalmente, a arquivologia concentrou-se em registros de instituições formais, mas a experiência do MST demonstra a imperatividade de expandir essa perspectiva para compreender e validar acervos oriundos de movimentos sociais. A formação e a consolidação do MST, um ator social e político de fundamental importância no Brasil, evidenciam o desafio inerente à elaboração de processos para o cuidado com sua memória e seus arquivos, essenciais para a compreensão de sua posição na história brasileira e para a continuidade de suas lutas.

O Acervo Digital do MST surge como uma resposta direta à necessidade de preservar e difundir a vasta massa documental acumulada ao longo de décadas de ativismo. Organizado a partir de esforços que remontam à década de 1990, com a colaboração de instituições como a UNESP e a UCLA, o acervo, composto por mais de 15 mil fotografias históricas, publicações, vídeos e outros materiais, representa um trabalho sistemático de digitalização e catalogação.

Do ponto de vista arquivístico, a proveniência dos documentos do MST é inquestionável. Produzidos organicamente no exercício das atividades do movimento – como ocupações, assembleias e campanhas – esses registros são um reflexo direto de sua atuação política e social. Essa origem interna e a manutenção dos vínculos entre os documentos e suas funções de criação conferem-lhes uma proveniência legítima e um valor primário imediato para as ações de mobilização do MST.

O contexto arquivístico do acervo, embora não siga estritamente as normas burocráticas tradicionais, é claro e legítimo. A organização estrutural do MST em acampamentos distribuídos nacionalmente reflete-se na documentação, permitindo que os documentos sejam contextualizados funcional, social e historicamente. As imagens e os materiais multimídia funcionam como testemunhos diretos de ações coletivas específicas, evidenciando uma lógica programática própria do movimento. A acessibilidade online do acervo, por meio de múltiplas plataformas como CEDEM, MST e NERA, é um componente vital para a democratização da informação e da memória, rompendo barreiras geográficas e sociais e ampliando o alcance da história do movimento.

Finalmente, a experiência do Acervo Digital do MST propõe uma reflexão fundamental para a arquivologia: a de que apenas guardar documentos não é guardar memória automaticamente, mas sim possibilitar narrativas. A memória é um construto complexo e dinâmico, um campo de disputa e construção social. Os documentos, mesmo os "informais", devem ser reconhecidos como matéria da atuação arquivística, possuindo um valor secundário inestimável para a compreensão das lutas sociais e para a construção de uma história mais inclusiva. Ao disponibilizar seus registros de forma organizada e acessível, o MST não apenas preserva sua própria história, mas oferece os vestígios e substratos que permitem a produção e o embate de diversas narrativas sobre o passado, reafirmando o poder da memória como um instrumento político e social. A guarda documental, nesse contexto, é um ato de empoderamento que oferece a matéria-prima para que a memória seja ativamente construída, disputada e reconstruída. Portanto, o valor de um acervo reside em sua capacidade de fornecer os vestígios e substratos que permitem às sociedades, grupos ou indivíduos produzirem suas próprias representações do passado, assumirem suas identidades e orientarem suas ações futuras.

Por fim, o Quadro Referencial para Classificação de Documento Popular, fruto das pesquisas realizadas para esse texto, tem como objetivo apresentar uma estrutura referencial

para elaboração de planos de classificação documental em acervos produzidos por movimentos sociais. A proposta de quadro referencial para elaboração de plano de classificação considera a natureza orgânica e informação dos documentos populares, respeitando seus contextos de produção, finalidades e identidade diante ao contexto que representa.

## **Bibliografia**

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 1, 2013,

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989) - 2ª edição: A Revolução Francesa da historiografia. Unesp. 2011

CAMOLEZA, J. M. C., and TROITIÑO, S. Arquivos de Movimentos Sociais: indexando documentos populares. In.: FUJITA, M. S. L., ALVES, R. C. V., and ALMEIDA, C. C., eds. Modelos de leitura documental para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos públicos, *Ciência da Informação* - Vol 25, número 2, 1995 apud ROBERT, Jean-Claude. Les rapports entre l'histoire e l'archivistique. In: La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche. Montreal: Université de Montreal, 1990.

LE GOFF, Jacques. História e memória; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. -7 ed. revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. Comunicação popular, alternativa e comunitária: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil. São Paulo: Fundação JK, 2016.

REIS, Luís. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. *Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*, v. 7, n. 24, p. 103–115, abr./jun. 2006

PAZIN-VITORIANO, M. C. C. Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROCHA, Maria Mercedes Otero. Documentação Popular: considerações Teóricas. *Inf. & Soc.:Est, João Pessoa*, v.4, n.1, p.8-14, jan./dez. 1994

ROMERO, Luis Alberto. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Processo argentino e os problemas da democracia. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007

GUARINELO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. Conferência proferida por ocasião do I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais, S. João del Rei, maio de 1993.

## Quadro Referencial para Classificação de Documento Popular

<b>Função/Atividade</b>	<b>Série Documental</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Exemplos de Documentos</b>
Mobilização	Ações e luta	Relatos, fotos, panfletos	Relato de ocupação, registro fotográfico de marcha, panfleto de campanha de mobilização
Formação	Educação política e técnica	Materiais didáticos, apostilas de curso, vídeos reportagem	Cartilhas de formação, vídeos de curso, listas de presença, apostilas
Gestão interna	Reuniões e deliberações	Atas de reuniões e assembleias	Atas de assembleia, pautas de reunião, lista de participantes, Transcrição de falas
Comunicação	Divulgação de ideias e ações	Cartazes de campanha e divulgação, boletins, podcasts	Cartaz de evento, boletim informativo, roteiro de podcast
Parcerias e doações	Relações com entidades e apoiadores	Correspondências, projetos, Documentos financeiros	Carta de solicitação, solicitação de convênio, notas fiscais,
Memória e identidade	Resgate histórico e cultural	Narrativas, fotos, objetos	Depoimentos orais, linha do tempo visual, álbum de fotos, filmes